



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150558 - AL (2021/0225002-5)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : DIEGO LACERDA DA SILVA
ADVOGADO : RONALD PINHEIRO RODRIGUES - AL014732
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
CORRÉU : JOSE ANTONIO SILVA DOS SANTOS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DIEGO LACERDA DA SILVA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (*Habeas Corpus* Criminal n. 0802895-35.2021.8.02.0000).

O recorrente fora preso em flagrante e teve a prisão convertida em preventiva, sendo-lhe imputado o fato tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta ilegalidade da prisão e a ausência de seus requisitos.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, com eventual expedição do alvará de soltura. No mérito, requer o provimento do recurso a fim de que o acórdão proferido pela Câmara Criminal do TJ/AL seja reformado. Subsidiariamente, pede que seja substituída a prisão cautelar por medidas alternativas mais adequadas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente